

Escola de
ECONOMIA
de São Paulo

**Textos para
Discussão**

160

Abril
de 2007



GLOBALIZAÇÃO E ESTADO-NAÇÃO

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA

GLOBALIZAÇÃO E ESTADO-NAÇÃO

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA

RESUMO

Globalização e Estado-nação não se contradizem; globalização e o estágio atual do desenvolvimento capitalista, e estado nação é a unidade política territorial que organiza o espaço e a população no sistema capitalista. Desde os anos 1980, o Capitalismo Global constitui o sistema econômico caracterizado pela abertura de todos os mercados nacionais e a violenta competição entre os Estados-nação. Os países em desenvolvimento tendem ao *catch up*, enquanto os países ricos tentam neutralizar tais esforços de competição, usando o globalismo como ideologia, e a ortodoxia convencional como estratégia. Enquanto a globalização comercial favorece países de renda média, a globalização financeira controle seu crescimento. O nacionalismo permanece a ideologia com que eles contam para enfrentar o globalismo. No âmbito político, um Sistema Político Global está emergindo para corrigir as injustiças e desequilíbrios que são inerentes à globalização.

PALAVRAS CHAVES

globalização globalismo Estado-nação nacionalismo globalização financeira

CLASSIFICAÇÃO JEL

F02; F10; F15; F20; F30; N00; N40; N70; O10; O19; P10; P17

ABSTRACT

Globalization and the nation-state are not in contradiction, since globalization is the present stage of capitalism development, and the nation-state, the territorial political unity that organizes the space and population in the capitalist system. Since the 1980s, Global Capitalism constitutes the economic system characterized by the opening of all national markets and a fierce competition among nation-states. Developing countries tend to catch up, while rich countries try to neutralize such competitive effort, using globalism as ideology, and conventional orthodoxy as strategy. While commercial globalization favors middle income countries, financial globalization checks their growth. Nationalism remains the ideology they count on to face globalism. At political level, a Global Political System is emerging to control injustices and unbalances that are inherent to globalization

KEY WORDS

globalization globalism Nation State nationalism financial globalization

Os artigos dos *Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas* são de inteira responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião da FGV-EESP. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos, desde que creditada a fonte.

Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP
www.fgvsp.br/economia

1 Globalização e estado-nação

Estados-nação e globalização são fenômenos que não se contradizem; fazem parte de um mesmo universo que é o do capitalismo contemporâneo. Enquanto a globalização é o estágio atual do desenvolvimento capitalista, os Estados-nação são a unidade política territorial específica desse sistema econômico. Globalização é uma denominação discutível porque o processo foi muito mais de internacionalização do que de globalização propriamente dita, ou seja, implicou antes um aumento da competição entre os Estados-nação do que o simples aumento da competição entre as empresas, independentemente de seus países como sugere a expressão, mas não cabe aqui debater terminologia. Os Estados-nação são a forma abrangente de organização político-territorial nas sociedades capitalistas industriais, como eram os impérios nas sociedades pré-capitalistas. Conforme mostrou Ernest Gellner (1983), ao realizarem expansão territorial as aristocracias militares e religiosas dos impérios não tinham idéia do que fosse aumento da produtividade ou desenvolvimento econômico; suas preocupações econômicas limitavam-se à imposição de taxas aos povos submetidos ou sua redução à escravidão ou à servidão. Já nos Estados-nação, que são o resultado de um contrato social nacional, os novos dirigentes não se limitam a concentrar força militar para garantir sua segurança, mas têm o desenvolvimento econômico ou a competição capitalista por maiores taxas de crescimento como um segundo objetivo central, e buscam estender a educação pública e a idéia de produtividade sobre todo o território nacional. A crença, portanto, de que a globalização estaria levando à perda da importância das nações e dos Estados-nação contradiz a própria natureza das sociedades modernas. A Revolução Capitalista dará origem aos modernos Estados nacionais, que emergem gradualmente como fruto do esforço das nações de se dotarem de um Estado e de um território. Na medida em que os mercados vão se abrindo, e a lógica do lucro e da acumulação de capital e do progresso técnico vai se impondo em toda parte, novos Estados-nação vão se constituindo, até que, no Capitalismo Global, os Estados-nação passam a cobrir toda a superfície do globo terrestre. Nunca antes, portanto, o capitalismo foi mais universal, e nunca antes a forma de organização político-territorial soberana que é o Estado-nação foi mais espalhada e mais relevante.

O Estado-nação surge quando uma sociedade que está se transformando em nação logra força suficiente para se dotar de um Estado e controlar um território. A força das primeiras nações modernas – da Inglaterra e da França – derivou inicialmente de um acordo entre as respectivas aristocracias e burguesias, as primeiras se encarregando da organização política e militar, as segundas da produção e do pagamento dos impostos. Desde o início, porém, as nações implicam um acordo nacional mais amplo, incluindo os trabalhadores e as classes médias, através do qual as classes sociais se solidarizam quando se trata de definir fronteiras e competir internacionalmente. A lógica do Estado-nação, portanto, como a do próprio sistema econômico em que ele se insere, o Sistema Global, é a lógica da coesão interna e da competição internacional. Essa competição, desde os tratados de Vestfália no século XVII, até o século XX, era uma competição ou uma rivalidade principalmente militar, já que a definição das fronteiras do mercado nacional era a principal preocupação. No final do século XIX, porém, a competição estritamente econômica começava a predominar. Nos tempos da globalização essa lógica passa a ser dominante porque todos os grandes países já definiram suas fronteiras e já não mais se ameaçam com guerra, e porque a abertura de todos os mercados tornou essa competição ainda mais estratégica do que era para o desenvolvimento econômico.

A globalização é um fenômeno histórico abrangente. Como todo processo histórico, ela é um processo contraditório em muitos níveis. Algumas dessas contradições, como a dos conflitos de classes, que caracterizaram as primeiras fases do desenvolvimento capitalista perderam importância relativa na era da globalização; outras, como a contradição entre países ricos com mão-de-obra cara e países de renda média com mão-de-obra barata, ou entre a democracia e o desenvolvimento capitalista, aumentaram de significação. A democracia nasceu do próprio desenvolvimento capitalista, mas gradualmente foi se tornando autônoma e passando a ser o instrumento de controle de que as sociedades nacionais dispõem sobre essa forma geral de organização da produção. Entretanto, não discutirei neste trabalho este problema. O tema que tratarei é o do papel desempenhado pelos Estados-nação – particularmente os de renda média – na globalização. O capitalismo é uma economia de mercado, ou seja, é um sistema econômico em que os mercados desempenham um papel coordenador fundamental. Os competidores nesses mercados não são apenas as empresas, como supõe a teoria econômica convencional, para a qual

não há espaço para os Estados-nação: são também eles. É preciso saber, portanto, como eles competem, e como essa competição, em particular aquela entre os países de renda média e os países ricos, afeta e modifica o próprio sistema econômico mundial. Para discutir essa questão o enfoque será econômico, mas terá que ser também político, porque qualquer sistema de mercado em que competidores competem regulamente é também um sistema de cooperação, é um sistema político, portanto, no qual as regras da competição – as instituições internacionais – são discutidas. E sendo assim, é um sistema minado por problemas retóricos e ideológicos, entre os quais se sobressaem ideologias como o globalismo e o nacionalismo. Para discutir essas questões, o trabalho está dividido em cinco seções. Na primeira procuro definir o que é hoje o Sistema Global, o sistema econômico da globalização; na segunda, defino a ideologia globalista, que propõe a irrelevância dos Estados-nação no Capitalismo Global e desenvolvo argumento contra essa tese; na terceira, discuto o sentido do nacionalismo que os países em desenvolvimento dinâmicos usam para definir suas estratégias nacionais de desenvolvimento; na quarta seção distingo a globalização comercial, que vejo como uma oportunidade para o *catch up*, da financeira, que causa a quase-estagnação, e defino brevemente a ortodoxia convencional, que hoje usa essencialmente a globalização financeira como instrumento. Encerro o trabalho com uma referência aos aspectos culturais e principalmente políticos da globalização, mostrando que está surgindo um Sistema Político Global que, a nível mundial, desempenha, ainda que parcialmente, o papel da democracia ao nível de cada Estado-nação: estabelece limites, busca corrigir as injustiças e desequilíbrios que são inerentes ao capitalismo.

1.1.1 CAPITALISMO GLOBAL

A globalização é ao mesmo tempo um processo de transformação em curso – o processo de acelerada integração econômica, social e política pelo qual está passando o mundo desde os anos 1970 – e o nome do sistema econômico capitalista na forma que ele hoje se apresenta. Nesta segunda acepção a globalização pode ser chamada de Capitalismo Global: é o sistema econômico no qual todos os mercados nacionais se tornam abertos e todos os Estados-nação, ricos ou pobres, centrais ou dependentes, passam a se pautar economicamente por uma mesma lógica que é a da competição capitalista. O caráter dinâmico desse estágio que reflete a rapidez extraordinária da mudança tecnológica aparece no próprio nome escolhido: embora globalização defina o presente

– o estágio atual – é uma palavra que sugere mudança. Sua base tecnológica foi a redução nos custos dos transportes, e, principalmente, a Revolução da Tecnologia da Informação, que tornou as comunicações dramaticamente mais rápidas e baratas. Essa revolução tecnológica, ao facilitar a formação e integração dos mercados no âmbito mundial, promoveu de um lado um aumento da competição econômica internacional, de outro, a reorganização da produção patrocinada pelas corporações multinacionais a níveis nunca imaginados.

Ao se abrirem todas as economias nacionais que estavam fechadas seja por uma questão de estratégia substitutiva de importações ou por razões políticas, como no caso dos países comunistas, a competitividade internacional tornou-se uma condição necessária para a continuidade do desenvolvimento econômico em cada país. Antes o país podia fechar-se e tratar de reunir forças para crescer. Essa estratégia, entretanto, era inerentemente transitória. Ao se esgotar, ao mesmo tempo em que os custos dos transportes caíam e a Revolução da Tecnologia da Informação ocorria, abriu espaço para a globalização e, portanto, para uma forma relativamente nova de organização do sistema econômico mundial, na qual todos se pautam pela mesma lógica da competição capitalista, mas usam estratégias de competição diferentes dependendo de seu próprio estágio de desenvolvimento e de suas características nacionais.

O sistema econômico mundial constitui-se pela primeira vez como tal na época mercantilista, a partir do desenvolvimento da tecnologia dos transportes marítimos e das grandes descobertas. Forma-se então o que Immanuel Wallerstein (1974), que fez os estudos clássicos do processo, chamou de o ‘sistema-mundo’. Depois da Revolução Industrial, um novo avanço tecnológico – a máquina a vapor – irá permitir uma enorme redução dos custos dos transportes terrestres, através das estradas de ferro, e marítimo, através dos navios a vapor. O resultado, já no quadro do capitalismo industrial liberal, foi o que alguns têm chamado de ‘a primeira globalização’ (Nogueira Batista Jr., 1998; Berger e Robert, 2003)– um grande avanço no comércio exterior mundial o qual, entretanto, não deu origem ao Capitalismo Global – estávamos ainda na época do Capitalismo Liberal. A partir do fim da Primeira Guerra Mundial – um nome significativo para essa guerra – as economias se fecharam; ao mesmo tempo, o capitalismo continuou industrial, mas passou a ser também social, na medida em que orientado para a proteção social, e tecnoburocrático, na medida em que a produção de bens e, cada vez mais, de

serviços passou a ser realizada por grandes organizações, dando origem a uma terceira classe, além da capitalista e da trabalhadora – a classe média profissional ou tecnoburocrática. Depois, entretanto, da Segunda Guerra Mundial e dos Trinta Anos Gloriosos, os anos 1970 serão de transição para a o Sistema Global. Os mercados mundiais voltam gradualmente a se abrir e as relações econômicas agora passam a se expandir, não mais sob a liderança econômica da Inglaterra, que desde a Revolução Industrial exercia esse papel, mas da nova potência hegemônica que emergira das duas guerras, os Estados Unidos.

O que torna o sistema econômico da globalização específico, diferente dos demais estágios do capitalismo? Algumas diferenças são óbvias: o avanço tecnológico muito maior, a grande abertura comercial e o aumento das trocas internacionais em relação ao PIB; uma relativa integração produtiva praticada pelas empresas multinacionais; uma abertura financeira muito maior do que a anterior e um brutal aumento dos fluxos de capital, não obstante os países em desenvolvimento mais dinâmicos continuem a ter ou um regime de câmbio fixo ou uma flutuação administrada das respectivas moedas para impedir a apreciação de suas moedas; e níveis de renda per capita mais elevados que refletem uma complexidade muito maior dos sistemas econômicos nacionais e do sistema econômico mundial. Demonstram, portanto, o fenômeno da globalização no plano econômico um sem-número de transformações do sistema econômico mundial. Transformações que são boas ou más, que favorecem o desenvolvimento econômico de alguns, mais do que de outros países, de umas pessoas mais do que de outras, que sujeita todos à concorrência cega dos mercados e ao individualismo dos concorrentes. Um processo que implica a cooperação na criação de instituições internacionais, na definição das regras da competição entre os países e entre as empresas. Instituições, entretanto, que estão longe de serem equitativas, refletindo antes o poder econômico e o poder ideológico dos Estados-nação do que a vontade desinteressada de cooperar.

Os analistas freqüentemente identificam a globalização com um grande aumento das trocas inter-industriais no âmbito internacional e, portanto, a uma crescente integração da atividade econômica sob as empresas multinacionais, mas essa integração, embora real, tem sido

exagerada.¹ A produção continua a ser organizada a nível mundial, não obstante o grande crescimento do comércio internacional. A nova tecnologia da informação foi a principal mudança subjacente. A diminuição dos custos dos transportes e comunicações e o aumento exponencial da velocidade das comunicações, permitindo que os mercados financeiros trabalhassem internacionalmente em tempo real, levou a um aumento das instituições capazes de regular todo esse sistema, mas apesar dessas mudanças, a produção continuou a ser realizada principalmente a nível nacional, e a ser regulada pelo regime jurídico dos respectivos Estados-nação. É preciso, porém, reconhecer que a globalização, como estágio mais avançado do capitalismo, como estágio em que os mercados atuam com mais amplitude e profundidade na coordenação das economias nacionais e da economia mundial, é um estágio caracterizado por alocação mais eficiente dos recursos e maior desenvolvimento econômico. Há uma discussão interessante sobre se a Revolução da Tecnologia da Informação provocou ou não um aumento estrutural nas taxas históricas de crescimento dos países ricos; todas as indicações são de que essa revolução, mais a própria globalização da qual aquela revolução é parte, produziram de fato um aumento de 2 para 3% na taxa de crescimento histórica de longo prazo das economias capitalistas avançadas.

Entre as mudanças trazidas pela globalização, a mudança talvez mais significativa e mais profunda é, no entanto, pouco conhecida. Refiro-me à mudança do próprio conceito de capital. Este era visto, nos tempos da Revolução Industrial e da teoria econômica clássica, como o adiantamento de salários aos trabalhadores antes que a respectiva produção fosse vendida; capital era então fundamentalmente capital circulante. Com o desenvolvimento da grande indústria capitalista, a partir da segunda metade do século XIX, o capital passa a ser visto como capital físico a ser medido pelo patrimônio líquido contábil de cada empresa. A partir da segunda metade do século XX, entretanto, o capital não é mais nem fixo nem circulante, mas é o valor descontado de um fluxo de caixa de cada empresa, dada uma taxa de retorno considerada convencionalmente

¹ Bob Sutcliffe and Andrew Glyn (1999: 120) mostram, por exemplo, que o investimento externo direto tem crescido, mas que em 1995 ele correspondeu respectivamente a apenas 4,4% e 8,2 % do investimento interno nos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

razoável (Bresser-Pereira, 2005). Ele perde assim qualquer conotação material para se transformar em uma perspectiva de lucro. Dessa forma, ele se aproxima do conceito de capital de Marx, como o de propriedade dos meios de produção e não como os próprios meios de produção, e com o conceito de capital de Schumpeter, que o via como o crédito que os empresários teriam capacidade de levantar, porque esses dois conceitos também não são materiais; mas diferencia-se deles ao definir o capital em função de sua capacidade de gerar lucro. Não basta que o empresário tenha a propriedade do capital, nem que os empresários sejam capazes de transformar seus créditos em investimento com inovação; além disso, é preciso que administradores sejam capazes de administrar cada empresa com a criatividade e a eficiência que resulte em fluxos de caixa maiores.

Esta mudança no próprio conceito de capital está relacionada com a mudança mais significativa que a globalização está provocando no sistema econômico mundial: a redistribuição da renda e da riqueza em favor dos países de renda média que sabem aproveitar sua vantagem comercial de ter uma mão-de-obra mais barata, no âmbito nacional, em favor dos que detêm maior conhecimento. Os dois fenômenos estão inter-relacionados, e são muito frequentemente confundidos, especialmente quando se quer definir uma distribuição de renda interpessoal a nível mundial, mas devem ser examinados separadamente porque têm causas e conseqüências diferentes. Geralmente se afirma que a globalização está levando a uma forte concentração de renda. Isto é verdade na distribuição interpessoal da renda a nível nacional, mas não é verdade em relação à distribuição de renda entre os países.

Dada a defesa do liberalismo econômico e da globalização feita pelos países ricos e as resistências históricas dos países em desenvolvimento de abrir suas economias, a globalização é geralmente identificada com imperialismo, mas este é um equívoco. Na América Latina, onde o início da globalização coincidiu com a crise da dívida externa, um forte aumento da concentração de renda, e a submissão às reformas neoliberais, essa visão é comum na esquerda. Na verdade, porém, a globalização vista em termos das suas relações com os Estados-nação implica uma grande oportunidade para os países em desenvolvimento que possuem mão-de-obra barata e sabem aproveitar essa vantagem para exportar. Uma oportunidade que está sendo aproveitada por uma parte desses países, inclusive dois grandes gigantes em termos populacionais, a China e a

Índia, de forma que a globalização está se transformando em um processo de redistribuição da renda e da riqueza em favor dos países em desenvolvimento da Ásia. Conforme observam Grunberg e Laïd (2007: 137), “no transcorrer dos anos, a globalização aparecerá o que ela é realmente: um processo histórico de redistribuição de riqueza e de poder em favor das regiões do mundo que deles foram privadas durante pelo menos dois séculos. Ela não anuncia os funerais do Ocidente, nem o da Europa, mas o fim da renda econômica do Ocidente sobre o mundo”. Embora a frase seja otimista, ela traduz bem a realidade da globalização, e mostra como os efeitos não previstos dos fenômenos econômicos e sociais podem se impor sobre a vontade dos ideólogos da globalização nos países ricos.

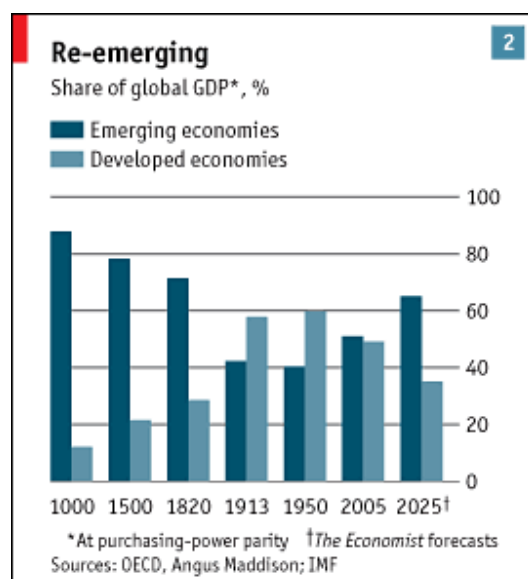
A redistribuição geográfica da renda que a globalização está causando pode ser observada a partir da classificação dos Estados-nação em três tipos: os países asiáticos dinâmicos que crescem aceleradamente e fazem o alcance, os países ricos que crescem de forma satisfatória, e os países de renda média não-dinâmicos e os países pobres que crescem menos do que os ricos. Os países em desenvolvimento dinâmicos realizam o *catch up* nos termos que a teoria econômica mais geral prevê: já havendo feito sua Revolução Capitalista, aproveitam as vantagens de mão-de-obra mais barata e possibilidade de copiar ou comprar tecnologia a baixo custo para crescer. Os países ricos estão crescendo satisfatoriamente de forma previsível, na medida em que mantêm a liderança do desenvolvimento tecnológico e sabem proteger bem seus interesses na arena global; os países de renda média dinâmicos estão crescendo de forma igualmente previsível, porque estão sabendo aproveitar suas duas vantagens para competir no quadro da globalização. Os países pobres, por sua vez, crescem pouco conforme, neste caso não conforme a teoria geral mas a teoria econômica do desenvolvimento (*development economics*) prevê porque, não tendo ainda logrado realizar sua Revolução Capitalista, não possuem nem suas instituições, nem cultura, nem capacidade técnica e empresarial para realizar essa revolução e desenvolver-se. Não está, porém, de acordo com a teoria econômica geral ou a do desenvolvimento o fato de que países de renda média como o Brasil, que já realizaram sua Revolução Capitalista, que já possuem ampla classe empresarial e classe média profissional, e cuja cultura e instituição são compatíveis com o desenvolvimento capitalista tanto assim que cresceram muito entre 1930 e 1980, cresçam desde então pouco e não realizem o alcance.

A explicação mais geral para esse fato é de caráter antes político do que econômico: enquanto os países de renda média dinâmicos são países independentes, os países de renda média não-dinâmicos são dependentes; enquanto os primeiros contam com estratégias nacionais de desenvolvimento, os segundos seguem os conselhos do Norte. Argumentarei mais extensamente sobre este tema um pouco mais adiante; agora vejamos alguns dados. A distribuição de renda entre os Estados-nação será mais igual, ou menos igual, dependendo do êxito dos países em desenvolvimento de realizarem o *catch up*, o alcançamento², ou seja, de lograrem crescer a taxas per capita maiores do que os países ricos. Na globalização isto não está ocorrendo em geral, já que os países da América Latina, da África e do Oriente Médio continuam a crescer a taxas substancialmente menores, mas ocorre entre os países dinâmicos da Ásia encabeçados pela China e pela Índia. Em consequência do extraordinário crescimento desses países, a participação dos países em desenvolvimento como um todo nas exportações mundiais aumentou de 20% em 1970 para 43% em 2005; e sua participação no produto global em termos de paridade de poder de compra aumentou de 40% em 1950 para 49% em 2005. A globalização está, portanto, produzindo uma reorganização de toda a produção mundial, na qual a Ásia, que durante séculos e séculos foi a região mais rica do mundo, volta aos poucos a pesar na economia mundial. Conforme dados de Maddison, os países em desenvolvimento, entre os quais a China e a Índia eram de longe os mais importantes, representavam cerca de 80% do PIB mundial durante século XVIII até 1820. Entretanto, porque se atrasaram um século e meio na realização de suas revoluções industriais (século XIX e primeira metade do século XX), e porque foram submetidos ao imperialismo industrial dos países que primeiro completaram essa revolução, os países em desenvolvimento foram transformados em países dependentes, coloniais ou semi-coloniais, e sua participação no PIB mundial caiu para 40%.³ Agora, entretanto, já estão alcançando a metade do PIB mundial. Antes de 2050 (em 2035 se continuarem a prevalecer as atuais taxas de crescimento) a China será a primeira potência econômica do mundo.

² A tradução literal de *catch up* seria recuperação do terreno, mas alcançamento me parece uma palavra que traduz melhor o sentido desse processo de desenvolvimento econômico.

³ A fonte destes dados é Woodall (2006) que se baseou em dados da OCDE levantados por Angus Maddison.

Tabela 1: Participação no PIB mundial



Fonte: Woodall (2006), com base em Angus Maddison (OCDE) e FMI.

Essa enorme reorganização geográfica da riqueza mundial em curso, que a Tabela 1 em parte demonstra, decorre da capacidade dos países asiáticos dinâmicos de aproveitarem a grande oportunidade econômica que a globalização comercial oferece. De acordo com a teoria econômica geral, os países em desenvolvimento tendem a serem bem sucedidos no alcance, porque contam com duas vantagens em relação aos países ricos: mão-de-obra mais barata – uma vantagem que se tornou tanto maior quanto mais se abriam os mercados – e a possibilidade de copiar ou comprar, a preço relativamente barato, tecnologia quase de ponta. Quem primeiro compreendeu esse fato ainda na primeira metade do século XX foi o Japão, um país que jamais foi submetido ao imperialismo. O aproveitamento dessa estratégia tornou-se, entretanto, absolutamente claro a partir de 1980, quando a China decidiu abrir e exportar manufaturas.

Já em relação à distribuição de renda interpessoal no âmbito de cada Estado-nação a tendência é inversa: é a concentração da renda tanto nos países ricos quanto em desenvolvimento. Esta concentração, entretanto, não impede que o crescimento esteja diminuindo de forma dramática a pobreza no mundo. Enquanto nos Trinta Anos Gloriosos havia uma relativa desconcentração da renda principalmente nos países ricos, desde os anos 1970 essa tendência se inverteu. Nos Estados Unidos como na Europa e no Japão, os salários dos trabalhadores estão

estagnados, enquanto que os lucros das empresas e os ordenados e comissões dos executivos aumentaram brutalmente. Os ganhos dos altos administradores americanos que no início dos anos 1980 era 40 vezes maior do que a média dos salários e ordenados pagos no país, hoje é cerca de 110 vezes maior.⁴ Nos países em desenvolvimento, liderados pela China, o processo de concentração da renda é também muito forte. A concentração de renda, especialmente na China, deriva da transição de um sistema econômico estatal, onde a renda era distribuída de forma equilibrada, para o capitalismo. As fases iniciais do capitalismo são geralmente concentradoras, e neste caso, a concentração é ainda maior. Em relação aos países ricos, há duas razões que se somam para o aumento da desigualdade. A primeira está relacionada diretamente com a globalização e o êxito dos países asiáticos dinâmicos em competir internacionalmente. Sua exportação de bens para os países ricos está produzindo sua desindustrialização, de um lado, e de outro a redução dos salários como um meio de enfrentar a concorrência. Ao contrário do que acontece em países como o Brasil, que também estão sofrendo desindustrialização por não saberem aproveitar a vantagem comercial da globalização, os países ricos continuam a crescer a taxas satisfatórias porque estão transferindo sua mão-de-obra para setores com maior valor adicionado per capita, como o da indústria de tecnologia de ponta, a produção de software, de cinema, de grifes internacionais e para o setor financeiro. Crescem, porém, com concentração de renda, porque a mão-de-obra que sofre a concorrência dos países em desenvolvimento não é a mão-de-obra qualificada, muito menos a capacidade gerencial dos altos executivos, mas a mão-de-obra não especializada. Em consequência, os salários dos trabalhadores e mais amplamente dos pobres e da baixa classe média estão sendo sistematicamente rebaixados nos países ricos. No início essa redução ocorria de forma indireta, através da redução dos benefícios sociais ou das garantias de emprego; hoje acontece abertamente, através de acordo com as empresas que condicionam a baixa dos salários para continuarem a produzir nos países ricos. A este fator concentrador de renda, porém, se acrescenta um segundo que é comum a países ricos e países de renda média: a Revolução da Tecnologia da Informação levou a uma diminuição da procura de trabalho não qualificado enquanto que aumentou a de qualificado, do trabalho da alta classe

⁴ *The Economist*, 20 de janeiro de 2007: 11.

média profissional. Por isso, a renda em todos os países se concentra não da classe média para cima, mas da alta classe média para cima, ou seja, da classe média com elevado nível de educação, enquanto os trabalhadores e a baixa classe média vão sendo obrigados a reduzir seus salários e ordenados para se manterem empregados. Esse processo faz parte da lógica do Capitalismo dos Técnicos, no qual o poder e o prestígio dos membros da alta classe média e da classe alta, altamente educados, daqueles que detêm o conhecimento técnico, organizacional e comunicativo, tende a aumentar em detrimento dos capitalistas inativos ou rentistas, da classe média burguesa, da baixa e da média classe média e dos trabalhadores.⁵ O Capitalismo dos Técnicos – uma outra denominação que se pode dar ao capitalismo atual quando o critério para identificá-lo é o poder e não a forma como se organiza a economia – escapa, entretanto, dos objetivos deste trabalho.

A concentração da renda dentro de cada país, porém, não está combinada com o aumento da pobreza, mas, pelo contrário, com uma redução enorme dela. Quando a pobreza é medida em termos de rendimento menor do que US\$ 1,00 por dia, a pobreza mundial caiu de 20% em 1970 para 5% em 1998; em termos US\$ 2,00 por dia, caiu de 44% em 1970 para 8% em 1998. Além disso, se medirmos a distribuição de renda interpessoal a nível mundial (uma medida sobre a qual há muito debate, mas não tem relevância política), não houve concentração da renda graças ao extraordinário crescimento principalmente da China, e não obstante internamente a renda desse país tenha se concentrado. Entretanto, como mais de 400 milhões de chineses saíram da pobreza, e quase toda a população teve aumento substancial de renda, a distribuição de renda interpessoal mundial manteve-se mais ou menos constante nos últimos 30 anos.⁶

A tomada de consciência por parte dos países ricos de que a globalização não lhes é favorável é algo recente. Quando o processo se iniciou, nos anos 1970, a globalização foi saudada como uma vitória do liberalismo econômico ou neoliberalismo. E de fato, podia ser assim vista,

⁵ No Brasil, os trabalhadores mais pobres não sofreram esse prejuízo devido às políticas sociais de distribuição de renda adotadas desde a democratização em 1985. Por outro lado, os rentistas também não foram prejudicados, pelo contrário, tornaram-se beneficiários de alta taxa de juros. Esses dois grupos e mais os altamente educados são os ganhadores, enquanto o resto da sociedade perde com as baixas taxas de crescimento que têm caracterizado a economia brasileira.

⁶ Ver sobre o tema o debate entre Wade e Wolf (2002) e Wade (2001) e Sala-y-Martin (2002).

já que o ciclo de aumento de intervenção do Estado na economia, que se iniciara em 1930, chega ao fim nessa década, e começa um ciclo de redução relativa da intervenção do Estado (Bresser-Pereira, 1989). Por outro lado, a esquerda nos países ricos e nos países em desenvolvimento entendeu a globalização como uma ameaça – uma ameaça que de fato se confirmou para muitos países, principalmente na América Latina e na África, que não souberam, como veremos, aproveitar a globalização comercial e rejeitar a globalização financeira. Mais recentemente, porém, a tomada de consciência pelos países ricos de que, de um lado, seu poder econômico e político está sendo minado pela abertura comercial, e de outro, que os trabalhadores e as classes médias nesses países estão perdendo participação na renda, é crescente. A possibilidade, portanto, do início de um novo ciclo de intervenção e proteção não está, portanto, excluída. Pelo contrário, começa a se tornar previsível. Não haverá ‘colapso da globalização’, mas está claro que o auge do processo já terminou, na medida em que os países ricos se preocupam cada vez mais com a concorrência dos países em desenvolvimento.

1.1.2 argumento contra o globalismo

A globalização trás consigo novas ideologias ou dá às antigas ideologias do capitalismo uma nova roupagem e alguns sentidos novos. As duas ideologias que nascem para legitimar o capitalismo clássico e lhe dar coesão nacional são o liberalismo e o nacionalismo; as ideologias da globalização serão o neo-liberalismo e o globalismo. O neoliberalismo surge da crise dos anos 1970 para produzir baixa dos salários nos países ricos; o globalismo, a ideologia irmã ao neoliberalismo, nasce no mesmo momento para neutralizar a capacidade competitiva dos países em desenvolvimento. Para compreender a globalização os anos 1970 são chave porque, além de marcarem a transição dos Trinta Anos Gloriosos para o Capitalismo Global, implicaram em uma mudança na forma pela qual os Estados Unidos passaram a ver os países em desenvolvimento. Assim como os países europeus, eles sempre viram esses países como mercados a serem conquistados e como uma oportunidade para investimentos lucrativos, principalmente na área da mineração e dos serviços públicos. Quando, a partir da Segunda Guerra Mundial, esses países se fecham para suas exportações, os países ricos decidem dar volta a essa barreira através de investimentos diretos na indústria. Os mercados locais na periferia continuavam a ser o objetivo a ser conquistado, e não havia a menor preocupação de que esses países pudessem ser concorrentes

no suprimento desses mercados, e muito menos nos seus próprios mercados internos. O quadro, entretanto, muda a partir dos anos 1970, porque nessa década surgem os NICs (*newly industrialized countries*) – ou seja, um grupo de países em desenvolvimento que começa a exportar bens manufaturados para os países ricos. Os países ricos competem duramente entre si, mas as condições da concorrência são semelhantes para todos. O mesmo, porém, não é verdade quando entram no jogo países de renda média cuja mão-de-obra é barata, como é o caso do Brasil, ou muito barata, como é o caso da China e da Índia. Nesse momento, esses países se transformam em uma ameaça para os primeiros, e ocorre uma mudança de comportamento muito clara dos primeiros em relação aos segundos. Embora a retórica da ‘ajuda’ continue a ser praticada, a partir dos anos 1970 os países de renda média passam a ser vistos como competidores. Enquanto internamente a ideologia neoliberal será o instrumento para baixar os salários diretos, e principalmente os indiretos garantidos pelo Estado, o globalismo será a ideologia para neutralizar a capacidade competitiva dos países em desenvolvimento. O globalismo é a ideologia que faz o elogio da globalização e principalmente que busca, para uso externo, afirmar a perda de autonomia e relevância dos Estados-nação. Dou a essa interpretação da globalização o nome de ‘globalismo’ para não confundi-la com o processo real, histórico, que é o da globalização. É uma ideologia que se identifica e se confunde com a ideologia neoliberal, dela se distinguindo por uma questão de ênfase e pelo seu uso mais externo do que interno. É uma ideologia usada para obter a subordinação e a colaboração das elites dependentes dos países em desenvolvimento. Ao argumentar no sentido da nova falta de relevância do Estado-nação no quadro do capitalismo global, enfraquecem na verdade os Estados-nação em desenvolvimento, nos quais há uma divisão, inexistente nos países ricos, entre aqueles que são dependentes e os que são nacionalistas.

Para o globalismo a globalização implica o surgimento de uma grande comunidade global constituída pelas empresas multinacionais e por outras organizações internacionais que, através de seus administradores e comunicadores, estariam espalhando por todo o mundo a modernidade, a razão e a prosperidade. Ou implica a realização da utopia liberal de um mercado que se auto-regula no âmbito mundial. Além dessas reafirmações neoliberais, a tese central do globalismo é a de que na globalização os Estados-nação perderam relevância, na medida em que se tornaram

mais interdependentes e, por essa razão, perderam autonomia para realizar políticas. O mundo atual seria uma ‘sociedade sem fronteiras’, um ‘mundo plano’.⁷ Esta ideologia, como toda ideologia bem sucedida, parece ser tese verdadeira. De fato, a necessidade de se estabelecerem instituições internacionais de governança global, como a OMC, criada para regular o coração da globalização que é o comércio internacional, levou a uma relativa perda de autonomia dos países que devem aceitar as regras dessas organizações. Mas, como veremos, há uma distância entre maior interdependência e perda de capacidade de um país de se contrapor à lógica do capitalismo neoliberal do tipo anglo-americano.

Como o globalismo se apóia em alguns fatos, e principalmente porque é uma ideologia que tem origem no centro hegemônico, ela atinge também os críticos de esquerda que, ao invés de negarem a globalização, lamentam a alegada perda de autonomia e de relevância dos Estados-nação.⁸ A esses dois grupos opostos soma-se um terceiro formado por intelectuais europeus progressistas, como Jürgen Habermas, que confundem as consequências da globalização com a perda de autonomia nacional decorrente do processo de constituição da União Européia. Esses analistas não se dão conta que a União Européia não é um sinal do enfraquecimento da idéia dos Estados nacionais, mas é a tentativa da formação de um Estado-multinação europeu mais forte do que os Estados-nação individuais, é a busca da Europa de aumentar sua capacidade de competição no quadro da globalização. Nessa linha, Habermas distingue a esfera econômica da político-administrativa, e, a partir da onda neoliberal e também da experiência européia de unificação monetária, enfatiza a interdependência e a perda de autonomia econômica dos Estados-nação na globalização, mas reconhece que no plano político-administrativo a autonomia continua grande.⁹

⁷ Exemplos desse tipo de análise ideológica são Kenich Ohmae (1990), e Thomas L. Friedman (1999, 2006).

⁸ O livro básico da esquerda sobre globalização é de François Chesnais (1994) (1994). Gilberto Dupas (2006: 150) assinala que “o processo de globalização constrangeu progressivamente o poder dos Estados”.

⁹ Ver Habermas. Nos ensaios de 1998 e de 2000 a preocupação com a Europa confunde-se com a globalização; no de 1999, a atenção está mais voltada para estender a política democrática a um sistema em que o Estado-nação perde inelutavelmente autonomia. A idéia que, apesar da interdependência crescente, os Estados-nação defendam firmemente seus interesses principalmente econômicos é equivocadamente descartada por Habermas.

Há um grande número de análises empíricas que mostram o equívoco do globalismo ao pretender que a globalização tornou irrelevantes os Estados-nação. Robert Wade (1996), por exemplo, realizou um cuidadoso estudo do problema e concluiu, com uma frase que está no título de seu trabalho, que “a morte das economias nacionais foi grandemente exagerada”. Quero, porém, oferecer um argumento simples e geral a respeito do problema. O raciocínio começa da mesma forma que o dos ideólogos globalistas: a globalização é caracterizada fundamentalmente pela maior interdependência entre os Estados-nação. Mas qual a razão dessa maior interdependência? Essencialmente, foi o aumento da competição entre os países. Ora, se assim é – se foi a competição que se tornou muito mais acirrada – houve uma certa perda de autonomia decorrente da necessidade de estabelecer as regras da competição, mas, em compensação, a autonomia que foi preservada – e que continua grande – tornou-se muito mais estratégica. O país que pretender concorrer, com êxito, em mercados altamente competitivos e altamente politizados como são os mercados internacionais, terá que ter uma nação coesa e Estado forte, capazes ambos de formular uma estratégia nacional de desenvolvimento. Por isso, o Estado-nação tornou-se uma instituição muito mais relevante no plano das políticas econômicas; por isso, nunca foi mais importante do que hoje que cada nação seja capaz de formular sua estratégia de competição. A perda de autonomia decorreu do fato de que os Estados nacionais, diante do aumento da concorrência, tiveram necessidade de cooperar através da celebração de acordos que definem as regras do jogo. Confirmaram assim o princípio segundo o qual toda competição regular, envolvendo os mesmos competidores, implica cooperação. Mas a cooperação é voluntária, e não precisa ser feita com prejuízo dos interesses nacionais de cada um dos participantes do acordo.

A partir do argumento acima, posso oferecer uma definição forte e uma definição fraca de globalização econômica. Segundo a primeira, a globalização é o estágio do capitalismo em que a concorrência econômica entre os Estados nacionais por maiores taxas de crescimento se torna generalizada e a nível mundial. Se o leitor achar forte essa definição, tenho uma alternativa mais fraca: globalização é a concorrência econômica a nível mundial entre as empresas apoiadas pelos seus respectivos Estados-nação. Uma terceira definição, que está pressuposta no pensamento dos ideólogos globalistas, é de que a globalização seria a concorrência a nível mundial entre as empresas, ‘sem’ o apoio de seus respectivos Estados-nação. É claro que existem algumas

empresas, especialmente as de consultoria, como a McKinsey – ou seja, uma empresa de pessoas, não de capital – que é efetivamente multinacional. Mas, na absoluta maioria dos casos, as empresas multinacionais são na verdade nacionais. Os embaixadores nos outros países, por exemplo, sabem perfeitamente quais são as ‘suas’ empresas, quais as empresas cujos interesses ele deve representar no país para o qual foi designado. Elas só são multinacionais porque estão em muitos países, não porque sua propriedade esteja dividida multinacionalmente de forma a perder sua base nacional. Assim, podemos discutir qual das duas definições é a mais correta – a forte ou a fraca – mas em qualquer uma delas o que fica óbvio é o caráter altamente estratégico do ponto de vista econômico que hoje têm as nações.

1.1.3 NACIONALISMO no capitalismo global

Na globalização temos os mais diversos tipos de Estados-nação, mas podemos classificá-los em países ricos, cuja mão-de-obra é cara, e países em desenvolvimento, os quais, por sua vez, são ou de renda média, e por isso mesmo (a não ser que sejam exportadores de petróleo) já realizaram sua Revolução Capitalista, possuem uma classe empresarial e uma classe média profissional, e sua economia industrial tem condições de participar da competição global, ou são pobres, não havendo ainda realizado a acumulação de capital original necessária para que o desenvolvimento econômico possa se tornar relativamente auto-sustentado. Entre os países de renda média, entretanto, uns poucos logram o alcançamento ou *catch up*, são países de renda média dinâmicos, enquanto a maioria continua a crescer a taxas per capita menores do a verificada nos países ricos. Os países em desenvolvimento dinâmicos são aqueles que têm um claro conceito de nação, e formulam e implementam estratégias nacionais de desenvolvimento. São em sua maioria asiáticos. Já os países em desenvolvimento não-dinâmicos são países pobres, como muitos países da África, que jamais conseguiram ser nacionalistas e constituir efetivamente uma nação, e países de renda média, como o Brasil, que durante um certo tempo foram nacionalistas, mas, após a grande crise da dívida externa dos anos 1980, renderam-se à ortodoxia convencional; são países cujas elites renunciaram à lógica do jogo global que é a da competição entre nações e aceitaram se subordinar aos países ricos.

Ser nacionalista, conservar e aprofundar o conceito de nação, é, portanto, uma condição de êxito no capitalismo e principalmente na sua fase global. É assim porque sem uma estratégia nacional de competição as possibilidades de real desenvolvimento econômico são pequenas ou nulas. As nações asiáticas dinâmicas compreenderam bem este fato. Por isso, a partir da Segunda Guerra Mundial, depois que se libertaram de 150 anos de imperialismo industrial, foram capazes de aos poucos formular estratégias nacionais de desenvolvimento bem sucedidas. Não aceitaram a globalização financeira – a abertura de suas contas de capital – que os levaria a perder o controle da taxa de câmbio e sofrer os problemas da doença holandesa. Perceberam que essa abertura acoplada com a política de crescimento com poupança externa proposta pela ortodoxia convencional neutralizaria sua vantagem competitiva derivada da mão-de-obra barata. Foram nacionalistas, tomaram decisões de acordo com seus interesses e não seguindo as diretivas das organizações financeiras internacionais ou os preceitos de economistas locais treinados em PhDs no exterior, como aconteceu na América Latina, e estão em pleno processo de alcançamento dos níveis de desenvolvimento dos países ricos. Esta maior autonomia dos países asiáticos talvez se explique porque, apesar de terem sido vítimas do imperialismo industrial, lograram manter sua cultura e uma identidade nacional. Ao contrário do que aconteceu com os países latino-americanos, não foram a partir do século XVI colonizadas pelos europeus, e, no final do século XVIII, possuíam sociedades agrárias letradas e manufaturas desenvolvidas; só no século seguinte foram sujeitas ao imperialismo, que implicou em grande retrocesso econômico para eles; mas, quando se viram livres dele, após a Segunda Guerra Mundial, essa libertação não foi apenas formal: tornaram-se nações realmente independentes. Já nas Américas e na Oceania, as civilizações locais foram dizimadas pelo imperialismo, e dois tipos de colonização se estabeleceram: a colonização de povoamento, no Norte dos Estados Unidos, na Austrália e na Nova Zelândia, que eram, afinal, uma extensão da Europa, especificamente da Inglaterra; e a colonização de exploração mercantil, que definiu as zonas tropicais complementares às da Europa, na América Latina e no Caribe. Os países que tiveram esta última origem, como é o caso do Brasil, tornaram-se independentes formalmente no início do século XIX, muito antes dos asiáticos, mas suas sociedades mantiveram-se profundamente dependentes do Norte, e, por isso mesmo, mais sujeitas à dominação hegemônica. Suas revoluções nacionais foram antes formais

do que reais. Não foi por acaso que na América Latina surgiu a teoria da dependência associada, que reconhecia e aceitava essa dependência. Será apenas a partir de 1930 que esse quadro muda. Os movimentos nacionalistas que já existiam na América Latina aproveitaram-se do enfraquecimento transitório do Norte (depressão dos anos 1930 e Segunda Guerra Mundial) para iniciar suas revoluções industrial e nacional. Os Trinta Anos Gloriosos que se seguiram continuaram a lhes ser favoráveis. Entretanto, nos anos 1980, no momento que o Norte se reorganizou e passou à ofensiva, e a América Latina se via mergulhada em profunda crise da dívida externa, suas elites se curvaram ao neoliberalismo e ao globalismo, aceitando a afirmação que o nacionalismo era sinônimo de atraso, incompatível com a globalização, e, não obstante passassem a realizar as reformas e políticas macroeconômicas recomendadas pela ortodoxia convencional, entraram em regime de quase-estagnação.

O nacionalismo, porém, continua a ser a ideologia fundamental usada pelos Estados-nação, ricos ou pobres, quando de fato competem na arena internacional. Isto era assim nos tempos do Capitalismo Liberal e dos Trinta Anos Gloriosos; e não mudou, a não ser na forma, no Capitalismo Global. O nacionalismo foi inicialmente a ideologia da formação do Estado nacional, e, depois, a ideologia que mantém uma nação coesa e capaz de ação coletiva. O nacionalismo é na verdade uma condição das democracias liberais e sociais modernas, porque um critério fundamental que os eleitores usam para avaliar seus dirigentes é o de sua capacidade de promover o desenvolvimento econômico nacional. Eleitores e políticos estão permanentemente comparando taxas de crescimento do seu país com a dos outros, principalmente dos seus vizinhos, e os eleitores estão sempre cobrando dos políticos eleitos que se mostrem competentes na competição internacional.

No século XIX a competição entre as nações ou entre os Estados-nação derivava da crença correta das burguesias nacionais que seus lucros e sua expansão dependia do mercado nacional, seja como um mercado garantido para seus produtos, seja como um instrumento de barganha para abertura dos mercados externos. Por isso as burguesias nacionais de todos os grandes países que se desenvolveram sem passar pela condição colonial, como a Inglaterra ou a França, eram nacionalistas. Principalmente no século XIX, o nacionalismo foi a ideologia que serviu de base para a formação dos Estados-nação dos países hoje desenvolvidos. Nação e

nacionalismo surgiram no bojo da Revolução Capitalista, justamente com o Estado moderno. Quando uma nação lograva se dotar de um Estado e de um território, ela passava a se constituir em Estado-nação, mas para isto os membros dessa nação precisavam ser nacionalistas. Conforme observa Celso Furtado (1964: 67), “como o desenvolvimento moderno se realizou no marco do Estado-nação, através da formação e defesa dos mercados nacionais, os interesses do desenvolvimento encontraram sua expressão política máxima no nacionalismo, única ideologia capaz de integrar em sua plenitude interesses antagônicos de classe”.

Ernest Gellner (1983, [1993] 2000) que foi provavelmente o analista mais agudo do nacionalismo, o identificou com o esforço de estabelecer a congruência de cada Estado-nação com sua respectiva cultura: “para cada identidade cultural, um Estado-nação” seria o lema definidor do nacionalismo. Esta definição pode ser válida para a Europa, e principalmente para a Europa Central de onde Gellner é originário, mas não pode ser considerada geral. O nacionalismo implica sempre o esforço pela formação e consolidação do Estado-nação, mas a nação que se constrói simultaneamente com ele, em uma relação de auto-reforçamento, não precisa ter uma identidade cultural tão forte, uma cultura tão definida. A identidade política se construirá no próprio processo ao invés de anteceder-lo. No caso dos países americanos e da Oceania, as nações surgiram do passado colonial; foi a definição política colonial que lhes deu origem. O essencial para o nacionalismo não é uma cultura comum, uma língua e tradições comuns, mas a idéia de um destino comum (Otto Bauer, 1923), e a capacidade de criar um Estado que sirva para a nação como seu instrumento de ação coletiva. Países em desenvolvimento como o Brasil precisam do nacionalismo não tanto para se dotar de um Estado, de formar um Estado-nação, porque este eles já o têm há muito, mas para fortalecê-lo ou consolidá-lo ao mesmo tempo que se fortalece a própria nação. Apenas através de uma convicção nacionalista o país ganha capacidade de resistir à hegemonia externa e definir suas próprias estratégias de competição internacional. Isto sempre foi verdadeiro, mas se tornou dramático no momento da globalização, porque nela a competição econômica é mais generalizada e mais acirrada do que em qualquer outra época da história capitalista.

Nos países ricos, entretanto, o nacionalismo é uma ideologia escondida, ou, talvez mais precisamente, uma ideologia subentendida. Embora os cidadãos dos países ricos sejam

praticamente todos nacionalistas, porque não têm dúvida de que são solidários na competição internacional, porque não têm dúvida que o dever de seu governo é defender o trabalho, o conhecimento e o capital nacionais, eles deram à palavra nacionalismo uma conotação negativa, pejorativa. Em um momento como o da globalização, no qual um nacionalismo moderno é essencial para o desenvolvimento econômico dos países, o pensamento hegemônico vindo dos países ricos e sua expressão econômica que é a ortodoxia convencional passaram, nos termos do globalismo, a identificá-lo e a própria idéia de nação a velharias, a atraso, a coisas do passado que seriam incompatíveis com a nova modernidade global. Essa tarefa é facilitada por dois fatos: primeiro, porque na primeira metade do século XX o nacionalismo se identificou com o fascismo e o nazismo; segundo, porque ainda hoje os líderes políticos nacionalistas, sejam de direita ou de esquerda, que aparecem em regiões pobres são geralmente líderes autoritários buscando transformar sociedades atrasadas em nações. Por isso mesmo, esses líderes são sempre discutíveis, já que suas ações não se pautam pelos métodos aceitos nos países ricos e democráticos, e porque, dadas as enormes dificuldades que encontram em governar sociedades pouco coesas e com baixo nível de institucionalização, a probabilidade de que sejam bem sucedidos é pequena. Na verdade, porém, não há necessidade de identificar o nacionalismo com o autoritarismo, a limpeza étnica, a violência, ou com atraso, populismo econômico, e incompetência. Ao invés, pode ser um nacionalismo liberal, social e democrático como aquele que hoje é dominante nos países ricos. Nestes, porém, o nacionalismo pode ficar escondido ou a palavra nacionalista não precisa ser usada para distinguir determinados cidadãos de outros, porque todos são nacionalistas, porque os cidadãos não têm dúvida que é dever de seus governos proteger o trabalho, o conhecimento e o capital nacionais. Os Estados-nação dos países ricos já estão devidamente formados, o nacionalismo já cumpriu seu papel de formar a nação, de servir de cimento para a solidariedade básica entre as classes que a nação pressupõe, não existindo neles uma divisão ideológica entre nacionalistas e globalistas ou dependentes, de forma que o adjetivo nacionalista pode ser reservado para definir certos grupos internos de extrema direita, e, principalmente, partidos nos países em desenvolvimento que no limite, no processo de formação de seus Estados-nação, adotam formas violentas de luta política como os genocídios recentes nos Bálcãs, na Ásia e na África. Serve também para identificar de forma negativa as tentativas dos

países de renda média de adotar políticas de proteção à indústria nacional, de promoção das exportações e de administração da taxa de câmbio que os países desenvolvidos haviam utilizado amplamente no estágio correspondente de desenvolvimento, mas que hoje os países ricos condenam. Como, entretanto, é fácil perceber, esta postura ideológica dos povos dos países ricos era adotada apenas para uso externo, já que o critério nacional continuava a ser fundamental nas ações de seus governos.

Não existe, portanto, contradição entre globalização e nacionalismo; pelo contrário, na medida em que a globalização acirra a competição global, ela torna o nacionalismo econômico – a decisão de cada nação de ter não apenas seu Estado, mas sua própria estratégia de competição – mais necessário do que em qualquer outro momento anterior da história.

1.1.4 neutralização e ortodoxia convencional

A competição que ocorre na globalização é, em princípio, uma competição em que todos os participantes podem ganhar. Conforme a teoria do comércio internacional já mostrou amplamente, trata-se de um típico jogo ganha-ganha. Por mais que os Estados Unidos e China compitam, e que o primeiro país olhe com preocupação o crescimento explosivo do segundo, do ponto de vista econômico há pouca dúvida que o desenvolvimento chinês não tenha sido favorável ao americano. Se, ao invés de haver crescido a uma taxa de quase 10% ao ano nos últimos 25 anos, a China houvesse crescido 2% ao ano, os Estados Unidos estariam menos prósperos do que estão. Diante desse fato, uma primeira questão é saber por que os países ricos buscam neutralizar o crescimento dos países de renda média.

Uma resposta seria que a razão é político militar? Seria uma questão de hegemonia política e militar ameaçada. Sempre há um componente meramente de poder nas relações internacionais, e no passado esse componente foi dominante, já que os Estados-nação viviam constantemente se ameaçando com guerras. Hoje, porém, depois que todas as fronteiras entre os grandes países estão definidas, e os custos das guerras se tornaram tão mais elevados do que seus eventuais benefícios, é impensável uma guerra entre grandes países. Os países ricos liderados pelos Estados Unidos buscam neutralizar a competição global realizada pelos países de renda média por motivos econômicos. Apesar de o jogo global ser ganha-ganha, alguns ganham mais

do que outros. Além disso, os jogadores têm uma enorme dificuldade em reconhecer jogos desse tipo, porque o ganho é no médio prazo; no curto prazo há prejuízos, déficits, a necessidade de reorganizar a produção e a distribuição internas.

É por essa razão que os países ricos usam o globalismo, e mais especificamente no plano econômico, a ortodoxia convencional, para neutralizar a capacidade de competição dos países em desenvolvimento. No médio prazo isto não lhes beneficia, mas no curto prazo – que é sempre determinante das ações – a vitória na competição pesa mais. Já vimos que essa tentativa de neutralização falhou em relação aos países asiáticos dinâmicos, mas tem tido êxito em relação aos países da América Latina, da África e do Oriente Médio, porque as elites desses países revelaram-se dependentes, e aceitaram o neoliberalismo e o globalismo como verdades, supondo que assim protegem melhor seus interesses. Subordinaram-se, assim, a seus concorrentes mais ricos e mais desenvolvidos economicamente que, por isso mesmo, teriam melhores condições de fazer o diagnóstico dos problemas do país e apontar as soluções a serem adotadas.

Podemos pensar a competição global como uma arena em que se confrontam estratégias nacionais de desenvolvimento. Para os países em desenvolvimento, a estratégia fundamental foi sempre a de proteger sua indústria, ou, em outras palavras, promover transferência de mão-de-obra do setor primário para um setor com maior conteúdo tecnológico e maior valor adicionado per capita. A estratégia dos países ricos e particularmente dos Estados Unidos a partir de Washington é, internamente, a estratégia geral de qualquer política de crescimento: promover a acumulação de capital e o progresso técnico, e qualificar sua mão-de-obra para ser transferida para setores de mais alto conteúdo tecnológico. Externamente, é preciso distinguir dois momentos históricos. No passado, a estratégia foi explorar os recursos naturais e a mão-de-obra barata de países pobres; esta prática continua ainda dominante na África. Na época da globalização, quando esses países deixaram de ser pobres, tornaram-se industrializados e de renda média, e passaram a competir diretamente com os países ricos – foi então que a estratégia dos países ricos passou a ser a de neutralizar sua maior capacidade competitiva derivada de mão-de-obra mais barata e da possibilidade de copiar tecnologia. Naturalmente seus intelectuais orgânicos jamais reconhecem esse fato, adotam a retórica da cooperação generosa, e não hesitam em acusar aqueles que fazem essa afirmação de prática da teoria da conspiração. As estratégias

políticas para neutralizar a vantagem detida pelos países em desenvolvimento, porém, surgem naturalmente. São inerentes à condição de Estado-nação mais rico e mais poderoso. E não são novas. Friedrich List já as reconheceu no século XIX, em 1846, quando usou a expressão ‘chutar a escada’ para descrever como a Inglaterra tratava a Alemanha e os demais países então, e Ha-Joon Chang fez uma excelente síntese delas em 2002. No âmbito regional, países de renda média como o Brasil ou a Argentina não hesitam em neutralizar o crescimento.

O instrumento estratégico ideológico utilizado por Washington e Nova York para operar essa neutralização é a ortodoxia convencional – uma contra-estratégia de crescimento apoiada no neoliberalismo e no globalismo. O objetivo mais geral é convencer o resto do mundo, inclusive os demais países ricos na Europa e na Ásia, que não há alternativa senão adotar o modelo anglo-americano de capitalismo. Embora não seja essa a evidência dos fatos, a ortodoxia convencional afirma e reafirma que sem ‘reformas’ – ou seja, sem todo o pacote de reformas e políticas que ela propõe – não há possibilidade de sobrevivência na globalização. Reformas institucionais são sempre necessárias para os países – por isso eles têm seus parlamentos – e por isso a afirmação tem um fundo de verdade. Além disso, no caso dos países europeus, seu modelo social de proteção ao trabalho está em contradição com a necessidade de competir com os países em desenvolvimento; por isso precisam fazer reformas. Os países em desenvolvimento, por outro lado, precisam muito de reformas para modernizar suas instituições. Aqueles, porém, que aceitam o pacote de reformas institucionais e políticas macroeconômica, sugeridas pela ortodoxia convencional, geralmente entram em quase-estagnação.

A ortodoxia convencional é o conjunto de diagnósticos, propostas e pressões que os países ricos fazem aos países em desenvolvimento no plano da política e das reformas econômicas. Inicialmente, no final dos anos 1980, quando a hegemonia americana atingiu o auge, essa estratégia ficou conhecida pelo nome de Consenso de Washington, mas prefiro chamá-la de ortodoxia convencional, porque é uma expressão mais geral, e também porque o ‘consenso’ que em parte havia em 1989 já não existe mais, na medida em que suas propostas fracassaram e, mais amplamente, que a hegemonia americana perdeu vigor. A ortodoxia convencional é a forma por excelência através da qual os Estados Unidos, através principalmente do Tesouro, buscam neutralizar a capacidade competitiva dos países de renda média. O Banco Mundial e o FMI, e

também o Banco Interamericano de Desenvolvimento e outras instituições semelhantes, são os instrumentos dessa estratégia. Na época dos Trinta Anos Gloriosos já havia uma política dos países ricos em relação aos países em desenvolvimento, que tinha como instrumentos o FMI e o Banco Mundial, mas era de natureza diferente daquela que prevalecerá no Capitalismo Global. O Banco Mundial estava realmente preocupado com o desenvolvimento econômico e reuniu todo um grupo de economistas da teoria econômica do desenvolvimento (*development economics*). Essa organização realmente defendia as idéias como as do *big push* ou do desenvolvimento equilibrado para superar a armadilha da pobreza ou a situação de oferta ilimitada de mão-de-obra, como a do planejamento econômico indicativo ou das políticas industriais para contornar as falhas do mercado. O FMI, por sua vez, embora mais ‘ortodoxo’, ou, o que talvez fosse um adjetivo melhor, mais ‘duro’ cobrava ajuste fiscal e equilíbrio das contas externas em relação às quais o Banco Mundial era relativamente frouxo. O quadro, entretanto, que já começava a mudar nos anos 1970, muda completamente durante os anos 1980, já no quadro da globalização, quando, curiosamente, há também uma inversão de papéis em relação ao FMI e o Banco Mundial. Enquanto este torna-se mais ortodoxo, ao se transformar no campeão de todas as reformas liberalizantes, razoáveis ou não, o FMI torna-se mais frouxo, a partir do início dos anos 1990, quando, seguindo a orientação do Tesouro americano, passa a adotar a política de crescimento com poupança externa para os países em desenvolvimento. E agora um terceiro ator passa a atuar – os grandes bancos internacionais reunidos na IIF (Institute of International Finance). Ao decidir assuntos de ordem financeira internacional, além de consultar o FMI e o Banco Mundial, o Tesouro americano consulta, ainda que informalmente, cerca de vinte grandes bancos.

De acordo com a perspectiva globalista e neoliberal, o desenvolvimento econômico seria uma grande competição entre os países em desenvolvimento na disputa da poupança externa que os grandes bancos e as grandes empresas transnacionais se dispunham a oferecer – uma competição por bom comportamento, pelo esforço de construir confiança (*confidence building*) através da adoção sem restrições dos princípios da ortodoxia convencional. Enquanto no passado o FMI convivia perfeitamente com controle da taxa de câmbio, a partir de 1990 passa a exigir abertura da conta de capitais ou plena flutuação das moedas locais. Enquanto o FMI enfrentava

sempre os problemas de desequilíbrio cambial com a política de desabsorção, ou seja, de redução de demanda, combinada com depreciação direta da moeda, a partir dos anos 1990 limita-se a propor desabsorção, ou ajuste fiscal. Enquanto, no período anterior, o ajuste fiscal era medido pelo déficit público, que de fato media objetivamente a piora das contas de um país, agora será medido pelo superávit primário que esconde os juros pagos e poderá variar dependendo da dívida pública em relação ao PIB e da taxa de juros paga pelos títulos públicos. Não foi surpreendente, por isso, que os anos 1990 tenham sido marcados por grandes crises de balanço de pagamentos. Nem surpreendeu quando os países de renda média, depois disso, trataram de rejeitar a política de crescimento com poupança externa. Não foi surpreendente, também, que a partir do final dos anos 1990 começasse uma reação contra a globalização por parte da esquerda, que confundia a globalização comercial com a financeira, não percebendo que uma era uma oportunidade, a outra um desastre para os países que a aceitassem, como fizeram o Brasil, a Argentina e a Rússia. E finalmente não é surpreendente que, aproveitando a globalização comercial, mas rejeitando a financeira, os dois últimos países, depois de grandes crises de balanço de pagamentos, tenham rejeitado a ortodoxia convencional e a globalização financeira, não a comercial, e tenham passado a crescer mais rapidamente dos que os países ricos – o *catch up*, como se espera que façam os países em desenvolvimento.

1.1.5 globalização comercial x financeira

A distinção da globalização econômica comercial e financeira é essencial para que se entenda a natureza da competição entre países ricos e países de renda média na arena global. Globalização comercial é a abertura dos mercados de bens; globalização financeira, a abertura das contas de capitais e portanto a plena flutuação das moedas locais. Desde o início do século XIX os países que se industrializaram procuravam neutralizar a capacidade de concorrência dos países em desenvolvimento através do que hoje chamamos de globalização comercial, inclusive porque só no último quartel do século XX essa abertura se concretizou. Quando isto ocorreu, entretanto, estava acontecendo simultaneamente, e não por acaso, uma inversão de interesses: na globalização os grandes interessados ou beneficiados pela abertura dos mercados de bens serão os países em desenvolvimento. Antes da globalização os países ricos, então liderados pela Inglaterra, usavam a lei das vantagens comparativas do comércio internacional para persuadir os

países em desenvolvimento a não se industrializarem. Essa estratégia de neutralização, entretanto, esgotou-se nos anos 1970, porque foi criticada teoricamente com êxito pela teoria econômica do desenvolvimento, porque os países que recebiam os conselhos foram um a um, a começar pela Alemanha no século XIX, a rejeitando praticamente e se industrializando, e porque, nos anos 1970, um grupo de países em desenvolvimento (muito diferentes dos países atrasados do centro como a Alemanha ou o Japão) não apenas se industrializaram mas se transformaram nos NICs. Quando este último fato ocorreu, ficou claro que essa estratégia de neutralização estava definitivamente superada, e, aos poucos, o centro hegemônico foi substituindo por uma outra: pela proposta de abertura da conta capital e crescimento com poupança externa.

Esta mudança de estratégia fica mais clara se distinguirmos a globalização comercial, que é o fenômeno real e até um certo ponto inevitável de abertura dos mercados de bens, da globalização financeira, que é em parte também um fenômeno real já que muitos países abriram sua conta de capitais, mas é, principalmente, o núcleo da estratégia contemporânea de neutralizar a capacidade competitiva dos países de renda média.

São muitos os diagnósticos, recomendações e pressões que os países ricos fazem através do Banco Mundial, do FMI e dos grandes bancos comerciais, mas, na era da globalização, sua preocupação fundamental é de manter a taxa de câmbio dos países em desenvolvimento relativamente valorizada. Só dessa forma será possível compensar a vantagem de mão-de-obra barata com a qual contam esses países. Para isto a ortodoxia convencional negou a existência ou a relevância da doença holandesa para os países em desenvolvimento, embora seja essa a causa fundamental da tendência da taxa de câmbio a ser relativamente apreciada nos países em desenvolvimento. Todos esses países são detentores de recursos naturais baratos ou dispõem de mão-de-obra barata que levam a taxa de câmbio a se apreciar. Além dessa negação, porém, tratou-se de, proativamente, propor a abertura da conta de capitais e o crescimento com poupança externa que também aprecia o câmbio. O pressuposto teórico é o de que 'é natural que os países ricos transfiram seus recursos para os países em que faltam capitais'. Sendo assim, concluiu a ortodoxia convencional, fica definida a conveniência senão o imperativo para os países em desenvolvimento de abrir a conta de capitais e crescer com poupança externa. Ao propor isto, a ortodoxia convencional ignorava que os fluxos de capitais aumentados pela adoção dessa

estratégia provocam apreciação suplementar (em relação à causada pela doença holandesa) da taxa de câmbio. Dessa forma o país perde o controle sobre o preço macroeconômico mais estratégico de uma economia nacional – a taxa de câmbio – e, ao ver apreciada sua moeda, vê desaparecer a vantagem competitiva que possuía sobre os países ricos. Em compensação, porém, o país não aumentaria sua capacidade de investir? Apenas teoricamente. E na prática, em situação muito particular, quando a economia nacional já está crescendo aceleradamente e as perspectivas de lucro são muito altas, a taxa de investimento aumenta. Fora dessa situação particular, o que ocorrerá com a apreciação do câmbio será, além da queda das exportações e o aumento das importações, sucessivamente, o aumento do consumo interno, a substituição da poupança interna pela externa, a crescente fragilidade financeira que acentua a dependência, e, finalmente, se o país não acordar, a crise de balanço de pagamentos.¹⁰

A arena de negociação atual mais conhecida e mais aberta da globalização é a da OMC. Esta é uma organização que está no próprio centro da globalização comercial. As negociações terminadas no início dos anos 1990 e que tiveram o nome de Rodada do Uruguai foram sua grande realização do ponto de vista dos países ricos. Estes, nos anos 1970, estavam na defesa, procurando se defender das tentativas dos países em desenvolvimento, organizados como Grupo dos 77, em torno da UNCTAD, em defesa do que chamaram de Nova Ordem Econômica, ou seja, do estabelecimento de relações preferenciais para eles nas relações comerciais internacionais. Esta demanda fazia todo o sentido para os países pobres, mas fazia cada vez menos sentido para os países de renda média que naquela década haviam se transformado em NICs. Com a grande crise da dívida externa dos anos 1980, entretanto, o quadro muda completamente, porque esses países – particularmente os latino-americanos – se fragilizam gravemente. Quando, em 1989, o colapso da União Soviética ocorre, não apenas a hegemonia militar e econômica, mas a hegemonia ideológica americana torna-se total, e este fato é aproveitado pelos países ricos para obterem, nas negociações da Rodada Uruguai, condições especialmente favoráveis. Logram, principalmente, reduzir o espaço de políticas dos países em desenvolvimento, proibindo-os de

¹⁰ Este é um resumo das críticas que venho fazendo à abertura da conta de capitais e ao crescimento com poupança externa (Bresser-Pereira e Nakano, 2002; Bresser-Pereira, 2003: cap.16; Bresser-Pereira e Gala, 2007) e da ampliação preliminar que fiz recentemente da teoria da doença holandesa (Bresser-Pereira, 2007).

praticar toda uma série de políticas industriais que eles próprios haviam praticado para promover seu desenvolvimento (Wade, 2003; Chang, 2006). Além disso, lograram vantagens que os países em desenvolvimento jamais deveriam ter aceitado em matéria de proteção da propriedade intelectual. Sempre, naturalmente, com ‘bons argumentos’, como, por exemplo, que dessa forma as inovações tecnológicas dos países em desenvolvimento seriam também protegidas. Não parece, entretanto, que lograrão o mesmo êxito na Rodada de Doha, que ocorre em um momento de claro declínio da hegemonia americana, e de uma nova capacidade dos países de renda média de defenderem seus interesses.

Nas relações comerciais as tentativas de neutralização dos países ricos em relação aos países em desenvolvimento são transparentes. Estão todos os dias nos jornais, onde lemos os confrontos entre eles. O quadro é diferente nas relações financeiras, onde, ao invés da OMC, temos o FMI e o Banco Mundial como organizações centrais. Enquanto o pensamento hegemônico aceita que a OMC seja um campo de negociações, pressupõe que o FMI e o Banco Mundial sejam organizações destinadas a ‘ajudar’ os países em desenvolvimento a evitar ou a sair de suas dificuldades financeiras (FMI), ou a financiar seu desenvolvimento (Banco Mundial). Trata-se, naturalmente, de mera retórica, já que não faz sentido que os países ricos usem a OMC para defender seus interesses e o FMI e o Banco Mundial para defender os interesses de seus concorrentes.

No início dos anos 1990, quando a hegemonia ideológica dos Estados Unidos estava no auge, o globalismo – a ideologia da globalização – afirmava que bastava para isso completar as reformas com a abertura financeira. Verificamos, 15 anos depois, que essa receita foi desastrosa para quem a seguiu porque não distinguiu a globalização comercial da financeira. Para países em desenvolvimento, cuja mão-de-obra é barata em relação aos países ricos, a globalização comercial representou uma incrível oportunidade. Os tigres asiáticos, e, depois, a China estão aí para demonstrá-lo; eles não se abriram, ou se abriram muito limitadamente no plano financeiro, mas fizeram a abertura comercial ao mesmo tempo em que realizavam um grande esforço de exportação, e se desenvolveram aceleradamente. Em outras palavras, adotaram as reformas que lhes interessavam e recusaram as que os levava a perder o controle sobre sua taxa de câmbio e

suas contas externas. Em compensação, a abertura financeira foi a principal razão da quase-estagnação da América Latina.

O segredo do desenvolvimento dos países asiáticos dinâmicos foi, portanto, terem limitado a globalização financeira. Eles compreenderam que a flutuação sem controle da moeda nacional anula a vantagem existente para eles na globalização comercial, porque, quando a taxa de câmbio deixa de ser administrada, a moeda local nos países em desenvolvimento tende a se tornar apreciada e, portanto, não competitiva. A doença holandesa, causada pela disponibilidade de recursos baratos e abundantes, é a causa básica dessa tendência: a taxa de câmbio resultante – apreciada – é definida por esse recurso barato, cuja exportação é rentável a essa taxa. Outros bens comercializáveis com maior valor adicionado per capita, embora utilizem tecnologia no estado da arte, ficam inviabilizados porque necessitam de uma taxa de câmbio mais depreciada – uma taxa livre da doença holandesa – para serem rentáveis. E assim fica inviabilizado o desenvolvimento econômico que implica a transferência de mão-de-obra de setores econômicos com baixo valor adicionado per capita para setores com maior conteúdo tecnológico e maiores salários.

É isso que acontece hoje na grande maioria dos países em desenvolvimento que não administram sua taxa de câmbio. Com a liberalização comercial, em 1990, que automaticamente baixou a taxa de câmbio efetiva, e a liberalização cambial, em 1992, que levou à perda da sua capacidade de administrar o câmbio, esses países perderam as defesas contra a doença holandesa que haviam montado durante anos, constituídas principalmente de proteção tarifária e administrativa, e viram suas taxas de crescimento, que haviam sido afetadas gravemente pela crise da dívida externa dos anos 1980, não retomarem o crescimento quando essa crise foi equacionada. Sua indústria, como acontece hoje com o México e o Brasil, vai se transformando em uma indústria ‘maquila’ que apenas usa mão-de-obra barata e pouco qualificada. Nos anos 1990, a essa perda de defesa somou-se a adoção da “política de crescimento com poupança externa”, ou seja, de crescimento com déficits em conta corrente e novo endividamento externo, que apreciou ainda mais o câmbio e foi duplamente desastrosa.

Para competir com sucesso na globalização, a necessária estratégia nacional de desenvolvimento dos países bem sucedidos sempre se baseou em uma taxa de câmbio competitiva. Para isso, além de estabelecer limites rigorosos ao endividamento externo, os países

limitaram a entrada de capitais sempre que foi necessário. Não precisariam limitar a saída de capitais se fossem plenamente coerentes em sua estratégia nacional e não aceitassem a proposta insistente que lhes faz o mundo rico de crescerem com poupança externa, porque, nesse caso, não se endividariam e não ficariam ameaçados de crise de balanço de pagamentos.

1.1.6 Sistema político Global

A globalização, como qualquer fenômeno histórico, é incontrolável – está cheia de conseqüências não pretendidas. Os países ricos a transformaram em bandeira, confundiram-na com o globalismo, supondo, a partir do liberalismo econômico ou neoliberalismo de suas elites, que, quanto maior fosse a abertura de todos os mercados, melhor seria para eles. Isto foi verdade em relação à globalização financeira, mas não em relação à comercial que está beneficiando os países de renda média que sabem aproveitar as oportunidades que ela trás. Neste trabalho tratei apenas da globalização econômica, mas a globalização é também cultural e política. Também em relação a este problema não há razão para se verem apenas problemas e se fazerem críticas. A globalização implica uniformização de padrões de consumo, de instituições e de valores, mas abre espaço também a revalorização das culturas locais que têm uma nova oportunidade de reconhecimento na medida em que ocorre nos quadros da democracia em um número de países cada vez maior. Na medida em que a globalização é a expressão do capitalismo atual, ela é injusta e cega, mas está sempre aberta à crítica porque entre seus valores e suas instituições está a democracia.

No plano político, por sua vez, as modificações, antes positivas do que negativas, que vêm com a globalização são ainda maiores. Como o capitalismo, no âmbito nacional, deu origem ao Estado moderno e à democracia, a globalização está dando origem a um Sistema Político Global. A democracia é fruto do capitalismo, porque só nele a apropriação do excedente econômico pelas classes dominantes deixou de depender do controle direto do Estado. A nova classe dominante, burguesa, não foi a favor da democracia, mas não lhe impôs um veto absoluto, e acabou cedendo a ela e dela se beneficiando. Dessa forma, a democracia ganhou autonomia em relação ao capitalismo, e se transformou na instituição por excelência que estabelece limites para o capitalismo, que buscar punir a corrupção e a injustiça que lhe são inerentes. O mesmo processo

está acontecendo no âmbito mundial. Durante séculos, desde os tratados de Vestfália, no quadro da Fase do Equilíbrio de Poderes, os países se ameaçavam com guerra e a diplomacia buscava evitá-las e fazer acordos. No Capitalismo Global, depois do fim da Segunda Guerra Mundial e do fim da Guerra Fria, o quadro é muito diferente. O que ocorreu durante na segunda metade do século XX, a partir da criação da Organização das Nações Unidas, foi a constituição de um sistema político que não é um Estado, mas, devido à profundidade que já alcançou, já merece ser chamado de Sistema Político Global. Nesse sistema os grandes países já não se ameaçam mais com guerras, mas, como competem duramente no plano econômico, e como foram levados a estabelecer outros tipos de relações culturais e sociais, devem estabelecer instituições que regulem todo esse sistema. Para isso, ao invés de fazerem ‘diplomacia’ fazem antes ‘política’ – ao invés de negociarem a paz, constroem uma ordem jurídica global que torna o mundo mais seguro e mais equilibrado. Nesse mundo da globalização as guerras, e principalmente as guerras civis internas, muitas vezes guerras de libertação nacional, continuam a existir, e as Nações Unidas desempenham então o papel de polícia e quase de árbitro. Nesse processo político, os países mais poderosos são, naturalmente, mais influentes, e o Estado-nação hegemônico tenta ficar acima do processo, busca não se sujeitar às normas que vão sendo criadas, mas como é próprio dos processos políticos, a última palavra nem sempre fica com os mais fortes.

Os inimigos reais hoje não são mais outros Estados-nação, mas entidades transnacionais como as máfias das drogas, os terrorismos transnacionais, ou então fenômenos mundiais como o aquecimento global. Do Sistema Político Global fazem parte não apenas os Estados-nação, mas, por direito próprio, indivíduos e organizações privadas, e principalmente públicas não-estatais de serviço e de advocacia política – as ONGs internacionais. A globalização, ao tornar as nações, as organizações e os indivíduos mais próximos e mais interdependentes, contribuiu para a formação do Sistema Político Global, mas a sua institucionalização tem como base um complexo sistema de direito internacional público e privado, que tem como centro a Organização das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos do Homem. O Sistema Global é, portanto, como cada Estado-nação, um sistema político, é uma instituição maior que contém no seu seio um grande número de instituições menores: as declarações, tratados e instituições organizacionais diretamente ligadas às Nações Unidas, como a UNCTAD, ou fora dela, como a OCDE.

Diferentemente de um Estado-nação, entretanto, o Sistema Global não tem como membros diretos os cidadãos – os ‘cidadãos do mundo’ são, por enquanto, apenas uma metáfora, apenas os Estados nacionais conferem cidadania –, nem é dotado de soberania. Hardt e Negri (2000) perceberam o surgimento do Sistema Global quando escreveram sobre o ‘Império’, que para eles é um sistema econômico e político. Entretanto, talvez devido à perspectiva hegeliana e à denominação particular que adotaram, sua notável discussão e crítica do sistema os leva, afinal, a um conceito quase fantasmagórico do mesmo, e, por isso mesmo, difícil de compreender. Considero, entretanto, seu livro uma contribuição fundamental à compreensão do grande sistema político internacional que se constituiu no final do século XX. O Sistema Político Global engloba todos os demais, mas não é o Estado mundial: não possui capacidade de tributar, e sua força militar depende das contribuições dos Estados nacionais. Talvez por essa razão alguns autores têm falado em ‘governança global’. Se governança é uma nova palavra para indicar que o governo de um país ou de uma organização não é exercido apenas pelos seus dirigentes formais, mas por toda uma série de atores sociais que participam interna e externamente, e da organização, e se o mundo já pode ser pensado hoje como uma organização ou mais precisamente como um sistema, podemos falar em governança global. Não devemos, porém, lhe dar uma importância excessiva porque ela não é a governança de um Estado, mas de um sistema político incompleto – o Sistema Político Global, buscando regular uma formação social em constante transformação – o Capitalismo Global. Conforme já vimos, ainda que mais interdependentes, como consequência da globalização, os Estados-nação tornaram-se mais estratégicos, na medida em que eles são um agente fundamental na competição econômica generalizada que hoje existe entre as empresas. Pela primeira vez na história, temos um sistema em que os Estados-nação são a unidade básica que cobre todo o globo terrestre. Antes da sua formação, a terra estava coberta por Estados nacionais em constituição, velhos impérios, povos de todos os tipos. Não havia uma unidade política básica que cobrisse praticamente toda a terra. Hoje, essa unidade existe: são os mais de 200 Estados-nação que constituem as Nações Unidas.

1.1.7 referências

Balakrishnan, Gopal e Benedict Anderson, orgs. (2000) *Um Mapa da Questão Nacional*. Editora Contraponto.

- Bauer, Otto ([1924]2000) “A nação”. In G.Nalakrishnan e B. Anderson, org. (2000): 45-84.
- Berger, Suzanne e Richard Robert (2003) *Nôtre Première Mondialisation*. Paris: Seuil.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1989) "O caráter cíclico da intervenção estatal". *Revista de Economia Política* 9(3) julho 1989: 115-130.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2003) *Desenvolvimento e Crise no Brasil: 1930-2003*. Quinta edição. São Paulo: Editora 34.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2005) “Capitalismo dos técnicos e democracia”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 20 (59): 133-148.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos e Paulo Gala (2007) “Por que a poupança externa não promove o crescimento”. *Revista de Economia Política* 27 (1): janeiro.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos e Yoshiaki Nakano (2003) “Crescimento econômico com poupança externa?” *Revista de Economia Política* 22(2) abril 2003: 3-27.
- Chang, Ha-Joon (2002 [2004]) *Chutando a Escada*. São Paulo: Editora da Unesp.
- Chang, Ha-Joon (2006) “Policy space in historical perspective, with a special reference to trade and industrial policies”. *Economic and Political Weekly*, Janeiro de 2006.
- Chesnais, François (1994) *La Mondialisation du Capital*. Paris: Syros.
- Dupas, Gilberto (2006) *O Mito do Progresso*. São Paulo: Editora Unesp.
- Friedman, Thomas L. (1999) *The Lexus and the Olive Tree*. New York: Farrar, Straus, Girous.
- Friedman, Thomas L. (2006) *The World is Flat*. Nova York: Farrar, Straus & Giroux.
- Furtado, Celso (1964). *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- Gellner, Ernest ([1993] 2000) “O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe”. In G. Balakrishnan e B. Anderson, orgs. (2000): 107-134.
- Gellner, Ernest (1983) *Nations and Nationalism*. Ithaca: Cornell University Press. Habermas, Jürgen (2000) *Après l'État-nation*. Paris: Fayard.
- Hardt, Michael e Antonio Negri (2000). *Empire*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

- List, Friedrich (1846 [1986]) *O Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Editora Nova Cultural, Coleção *Os Economistas*.
- Nogueira Batista Jr., Paulo (1998) “Mitos da globalização”. *Estudos Avançados* 12(32): 125-186.
- Ohmae, Kenich (1990) *The Borderless World*. New York: HarperCollins Publishers.
- Sala-y-Martin, Xavier (2002) “The disturbing ‘rise’ of global income inequality”. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, Working Paper 8904, abril.
- Sutcliffe, Bob and Andrew Glyn (1999) “Still underwhelmed: indicators of globalization and their misinterpretation”. *Review of Radical Political Economics* 31(1): 111-131.
- Wade, Robert (1996) “Globalization and its limits: reports of the death of the national economy are greatly exaggerated”. In S. Berger and R. Dore, eds. (1996) *National Diversity & Global Capitalism*. Ithaca: Cornell University Press: 60-88. Wade, Robert (2001) “Winners and losers”. *The Economist*, 26.4.2001.
- Wade, Robert and Martin Wolf (2002) “Are global poverty and inequality getting worse?”. *Prospect*, março 2002: 16-21.
- Wade, Robert H. (2003) “What strategies are viable for developing countries today? The World Trade Organization and the shrinking of ‘developent space’”. *Review of International Political Economy*, 10(4), november 2003: 621-644.
- Wallerstein, Immanuel (1974) *The Modern World System*. New York: Academic Press.